

«O terror exercido sobre as pessoas mais vulneráveis contribui para o exílio de populações inteiras à procura duma terra de paz. Não são sustentáveis os discursos políticos que tendem a acusar os migrantes de todos os males e a privar os pobres da esperança».

**Mensagem
do Papa Francisco para o
52º Dia Mundial da Paz
(1 de janeiro de 2019)**



**«a boa política
está ao serviço da paz»**

1. «A paz esteja nesta casa!»

Jesus, ao enviar em missão os seus discípulos, disse-lhes: «Em qualquer casa em que entrardes, dizei primeiro: “A paz esteja nesta casa!” E, se lá houver um homem de paz, sobre ele repousará a vossa paz; se não, voltará para vós» (Lc 10, 5-6).

Oferecer a paz está no coração da missão dos discípulos de Cristo. E esta oferta é feita a todos os homens e mulheres que, no meio dos dramas e violências da história humana, esperam na paz. [1] A «casa», de que fala Jesus, é cada família, cada comunidade, cada país, cada continente, na sua singularidade e história; antes de mais nada, é cada pessoa, sem distinção nem discriminação alguma. E é também a nossa «casa comum»: o planeta onde Deus nos colocou a morar e do qual somos chamados a cuidar com solicitude.

Eis, pois, os meus votos no início do novo ano: «A paz esteja nesta casa!»

2. O desafio da boa política

A paz parece-se com a esperança de que fala o poeta Carlos Péguy; [2] é como uma flor frágil, que procura desabrochar por entre as pedras da violência. Como sabemos, a busca do poder a todo o custo leva a abusos e injustiças. A política é um meio fundamental para construir a cidadania e as obras do homem, mas, quando aqueles que a exercem não a vivem como serviço à coletividade humana, pode tornar-se instrumento de opressão, marginalização e até destruição.

«Se alguém quiser ser o primeiro – diz Jesus – há de ser o último de todos e o servo de todos» (Mc 9, 35). Como assinalava o Papa São Paulo VI, «tomar a sério a política, nos seus diversos níveis – local, regional, nacional e mundial – é afirmar o dever do homem, de todos os homens, de reconhecerem a realidade concreta e o valor da liberdade de escolha que lhes é proporcionada, para procurarem realizar juntos o bem da cidade, da nação e da humanidade». [3]

Com efeito, a função e a responsabilidade política constituem um desafio permanente para todos aqueles que recebem o mandato de servir o seu país, proteger as pessoas que habitam nele e trabalhar para criar as condições dum futuro digno e justo. Se for implementada no respeito fundamental pela vida, a liberdade e a dignidade das pessoas, a política pode tornar-se verdadeiramente uma forma eminente de caridade.

3. Caridade e virtudes humanas para uma política ao serviço dos direitos humanos e da paz

O Papa Bento XVI recordava que «todo o cristão é chamado a esta caridade, conforme a sua vocação e segundo as possibilidades que tem de incidência na *pólis*. (...) Quando o empenho pelo bem comum é animado pela caridade, tem uma valência superior à do empenho simplesmente secular e político. (...) A ação do homem sobre a terra, quando é inspirada e sustentada pela caridade, contribui para a edificação daquela *cidade universal de Deus* que é a meta para onde caminha a história da família humana». [4] Trata-se de um programa no qual se podem

reconhecer todos os políticos, de qualquer afiliação cultural ou religiosa, que desejam trabalhar juntos para o bem da família humana, praticando as virtudes humanas que subjazem a uma boa ação política: a justiça, a equidade, o respeito mútuo, a sinceridade, a honestidade, a fidelidade.

A propósito, vale a pena recordar as «bem-aventuranças do político», propostas por uma testemunha fiel do Evangelho, o Cardeal vietnamita Francisco Xavier Nguyen Van Thuan, falecido em 2002:

Bem-aventurado o político que tem uma alta noção e uma profunda consciência do seu papel.

Bem-aventurado o político de cuja pessoa irradia a credibilidade.

Bem-aventurado o político que trabalha para o bem comum e não para os próprios interesses.

Bem-aventurado o político que permanece fielmente coerente.

Bem-aventurado o político que realiza a unidade.

Bem-aventurado o político que está comprometido na realização duma mudança radical.

Bem-aventurado o político que sabe escutar.

Bem-aventurado o político que não tem medo. [5]

Cada renovação nos cargos eletivos, cada período eleitoral, cada etapa da vida pública constitui uma oportunidade para voltar à fonte e às referências que inspiram a justiça e o direito. Duma coisa temos a certeza: a boa política está ao serviço da paz; respeita e promove os direitos humanos fundamentais, que são igualmente deveres recíprocos, para que se teça um vínculo de confiança e gratidão entre as gerações do presente e as futuras.

4. Os vícios da política

A par das virtudes, não faltam infelizmente os vícios, mesmo na política, devidos quer à inépcia pessoal quer às distorções no meio ambiente e nas instituições. Para todos, está claro que os vícios da vida política tiram credibilidade aos sistemas dentro dos quais ela se realiza, bem como à autoridade, às decisões e à ação das pessoas que se lhe dedicam. Estes vícios, que enfraquecem o ideal duma vida democrática autêntica, são a vergonha da vida pública e colocam em perigo a paz social: a corrupção – nas suas múltiplas formas de apropriação indevida dos bens públicos ou de instrumentalização das pessoas –, a negação do direito, a falta de respeito pelas regras comunitárias, o enriquecimento ilegal, a justificação do poder pela força ou com o pretexto arbitrário da «razão de Estado», a tendência a perpetuar-se no poder, a xenofobia e o racismo, a recusa a cuidar da Terra, a exploração ilimitada dos recursos naturais em razão do lucro imediato, o desprezo daqueles que foram forçados ao exílio.

5. A boa política promove a participação dos jovens e a confiança no outro

Quando o exercício do poder político visa apenas salvaguardar os interesses de certos indivíduos privilegiados, o futuro fica comprometido e os jovens podem ser tentados pela desconfiança, por se verem condenados a permanecer à margem da sociedade, sem possibilidades de participar num projeto para o futuro. Pelo contrário, quando a política se traduz, concretamente, no encorajamento dos talentos juvenis e das vocações que requerem a sua realização, a paz propaga-se nas consciências e nos rostos. Torna-se uma confiança dinâmica, que significa «fio-me de ti e creio contigo» na possibilidade de trabalharmos juntos pelo bem comum. Por isso, a política é a favor da paz, se se expressa no reconhecimento dos carismas e capacidades de cada pessoa. «Que há de mais belo que uma mão estendida? Esta foi querida por Deus para dar e receber. Deus não a quis para matar (cf. *Gn 4, 1-16*) ou fazer sofrer, mas para cuidar e ajudar a viver. Juntamente com o coração e a inteligência, pode, também a mão, tornar-se um instrumento de diálogo». [6]

Cada um pode contribuir com a própria pedra para a construção da casa comum. A vida política autêntica, que se funda no direito e num diálogo leal entre os sujeitos, renova-se com a convicção de que cada mulher, cada homem e cada geração encerram em si uma promessa que pode irradiar novas energias relacionais, intelectuais, culturais e espirituais. Uma tal confiança nunca é fácil de viver, porque as relações humanas são complexas. Nestes tempos, em particular, vivemos num clima de desconfiança que está enraizada no medo do outro ou do forasteiro, na ansiedade pela perda das próprias vantagens, e manifesta-se também, infelizmente, a nível político mediante atitudes de fechamento ou nacionalismos que colocam em questão aquela fraternidade de que o nosso mundo globalizado tanto precisa. Hoje, mais do que nunca, as nossas sociedades necessitam de «artesãos da paz» que possam ser autênticos mensageiros e testemunhas de Deus Pai, que quer o bem e a felicidade da família humana.

6. Não à guerra nem à estratégia do medo

Cem anos depois do fim da I Guerra Mundial, ao recordarmos os jovens mortos durante aqueles combates e as populações civis dilaceradas, experimentamos – hoje, ainda mais que ontem – a terrível lição das guerras fratricidas, isto é, que a paz não pode jamais reduzir-se ao mero equilíbrio das forças e do medo. Manter o outro sob ameaça significa reduzi-lo ao estado de objeto e negar a sua dignidade. Por esta razão, reiteramos que a escalada em termos de intimidação, bem como a proliferação descontrolada das armas são contrárias à moral e à busca duma verdadeira concórdia. O terror exercido sobre as pessoas mais vulneráveis contribui para o exílio de populações inteiras à procura duma terra de paz. Não são sustentáveis os discursos políticos que tendem a acusar os migrantes de todos os males e a privar os pobres da esperança. Ao contrário, deve-se reafirmar que a paz se baseia no respeito por toda a pessoa, independentemente da sua história, no respeito pelo direito e o bem comum, pela criação que nos foi confiada e pela riqueza moral transmitida pelas gerações passadas.

O nosso pensamento detém-se, ainda e de modo particular, nas crianças que vivem

nas zonas atuais de conflito e em todos aqueles que se esforçam por que a sua vida e os seus direitos sejam protegidos. No mundo, uma em cada seis crianças sofre com a violência da guerra ou pelas suas consequências, quando não é requisitada para se tornar, ela própria, soldado ou refém dos grupos armados. O testemunho daqueles que trabalham para defender a dignidade e o respeito das crianças é extremamente precioso para o futuro da humanidade.

7. Um grande projeto de paz

Celebra-se, nestes dias, o septuagésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada após a II Guerra Mundial. A este respeito, recordemos a observação do Papa São João XXIII: «Quando numa pessoa surge a consciência dos próprios direitos, nela nascerá forçosamente a consciência do dever: no titular de direitos, o dever de reclamar esses direitos, como expressão da sua dignidade; nos demais, o dever de reconhecer e respeitar tais direitos». [7]

Com efeito, a paz é fruto dum grande projeto político, que se baseia na responsabilidade mútua e na interdependência dos seres humanos. Mas é também um desafio que requer ser abraçado dia após dia. A paz é uma conversão do coração e da alma, sendo fácil reconhecer três dimensões indissociáveis desta paz interior e comunitária:

- a paz consigo mesmo, rejeitando a intransigência, a ira e a impaciência e – como aconselhava São Francisco de Sales – cultivando «um pouco de doçura para consigo mesmo», a fim de oferecer «um pouco de doçura aos outros»;
- a paz com o outro: o familiar, o amigo, o estrangeiro, o pobre, o atribulado..., tendo a ousadia do encontro, para ouvir a mensagem que traz consigo;
- a paz com a criação, descobrindo a grandeza do dom de Deus e a parte de responsabilidade que compete a cada um de nós, como habitante deste mundo, cidadão e ator do futuro.

A política da paz, que conhece bem as fragilidades humanas e delas se ocupa, pode sempre inspirar-se ao espírito do *Magnificat* que Maria, Mãe de Cristo Salvador e Rainha da Paz, canta em nome de todos os homens: A «misericórdia [do *Todo-Poderoso*] estende-se de geração em geração sobre aqueles que O temem. Manifestou o poder do seu braço e dispersou os soberbos. Derrubou os poderosos de seus tronos e exaltou os humildes (...), lembrado da sua misericórdia, como tinha prometido a nossos pais, a Abraão e à sua descendência, para sempre» (*Lc 1, 50-55*). Vaticano, 8 de dezembro de 2018.

Franciscus

[1] Cf. *Lc 2, 14*: «Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens do seu agrado».

[2] Cf. *Le Porche du mystère de la deuxième vertu* (Paris 1986).

[3] Carta ap. *Octogesima adveniens* (14/V/1971), 46.

[4] Carta enc. *Caritas in veritate* (29/V/2009), 7.

[5] Cf. «Discurso na Exposição-Encontro “Civitas” de Pádua»: Revista *30giorni* (2002-nº 5).

[6] Bento XVI, *Discurso às Autoridades do Benim* (Cotonou, 19/XI/2011).

[7] Carta enc. *Pacem in terris* (11/IV/1963), 24 (44).

Exortação papal sobre a família começa forte, mas depois enfraquece

«Os primeiros quatro capítulos apresentam várias visões sobre o matrimónio, diferentes, mas complementares. O matrimónio, segundo o papa, é um dom de Deus e que, portanto, precisa de ser cuidadosamente guardado», escreve CARL E. OLSON, editor do *Catholic World Report*, em artigo publicado por *Crux*, 10-04-2016.

A *MORIS LAETITIA [A ALEGRIA DO AMOR]*, a exortação apostólica mais esperada da história, é como um romance que começa por inovar no estilo, com uma prosa diferenciada e, até mesmo, lírica. O enredo é profundo; os personagens desenvolvem-se; constrói-se uma tensão. Os temas ligam-se uns aos outros, como subenredos que concorrem para um fim desconhecido. E de repente... sofremos um choque. O texto começa a enfraquecer, com secções inteiras que deixam muito a desejar.

Há, no fim, uma tentativa de arrumar as coisas, para que tudo acabe bem, mas o mal já estava feito.

Haverá muita gente, com certeza, a pensar o contrário. Claro, estamos a falar, talvez, do texto papal mais longo de todos os tempos, com sessenta mil palavras, distribuídas ao longo de mais de duzentas e cinquenta páginas. Há muita coisa a discutir e a debater.

Dito isto, não sou daqueles que esperam, como o Cardeal Walter Kasper, uma «reforma capaz de fazer a Igreja virar a página, após mil e setecentos anos», tão-pouco sou daqueles que veem heresia e apostasia em toda e qualquer palavra do Santo Padre. As minhas críticas ocasionais a Francisco, centram-se mais nos seus excessos retóricos e na sua abordagem hiperbólica a vários temas.

Não acho que Francisco tenha vindo a investir muito capital papal na execução de mudanças – pastorais, sem dúvida –, relativamente aos que se encontram em situações matrimoniais irregulares, (ou em situações que a exortação apelida de “irregulares”, entre aspas, como se, por acaso, não fossem mesmo irregulares).

Esse investimento fica evidente neste texto, que é, precisamente, onde a história perde intensidade.

Mas falemos, em primeiro lugar, sobre a prosa lírica. Encontramos um bom exemplo dessa prosa, na descrição da família à volta da mesa, no centro da qual está «o casal formado pelo pai e a mãe com toda a sua história de amor. Neles se realiza aquele desígnio primordial que o próprio Cristo evoca com decisão: ‘Não lestes que o Criador, desde o princípio, os fez homem e mulher?’» (Mt 19,4).

Esta reflexão de abertura de Francisco sobre os fundamentos teológicos da família e do matrimónio é bonita, profunda e desafiadora. Fico, especialmente, emocionado com a maneira como ele, baseando-se nas Escrituras e no pensamento de João Paulo II, chama a atenção para o facto de o «casal que ama e gera a vida é a verdadeira ‘escultura’ viva (não a de pedra ou de ouro, que o Decálogo proíbe), capaz de manifestar Deus criador e

salvador».

Francisco destaca as origens trinitárias da rica visão que a Igreja tem do matrimónio, observando que «a relação fecunda do casal se torna uma imagem para descobrir e descrever o mistério de Deus, fundamental na visão cristã da Trindade que, em Deus, contempla o Pai, o Filho e o Espírito de amor».

Os primeiros quatro capítulos apresentam várias visões sobre o matrimónio, diferentes, mas complementares. O matrimónio, segundo o papa, é um dom de Deus que, portanto, precisa de ser guardado com cuidado. Não é uma «convenção social», um «rito vazio», ou um «mero sinal externo dum compromisso». Pelo contrário, trata-se de um sacramento para a «santificação e a salvação dos esposos», uma representação do amor sacrificial de Cristo pela Igreja.

O matrimónio, diz Francisco, é ordenado com vista ao amor conjugal; é uma participação na graça, na vida de Deus, onde crescemos por meio do poder do Espírito Santo. Há uma secção maravilhosa, a respeito da relação entre as pessoas chamadas à virgindade, e aquelas com uma vocação orientada para o matrimónio.

Infelizmente, os capítulos sobre «Algumas perspetivas pastorais» (Cap. VI), e sobre «Acompanhar, discernir e integrar a fragilidade» (Cap. VIII) são, em geral, problemáticos, até mesmo contraditórios.

Muitos dos fiéis divorciados e que entraram numa «nova união», diz Francisco, revelam «fidelidade comprovada, dedicação generosa, compromisso cristão, consciência da irregularidade da sua situação, e grande dificuldade em voltar atrás sem, na sua consciência, ficarem com o sentimento de incorrerem em novas culpas».

Esta curiosa declaração é acompanhada por uma nota de rodapé, que lança uma dúvida direta sobre a possibilidade realista de tais casais se absterem de relações sexuais – ao fazer referência a uma passagem da *Gaudium et Spes* que não tem, absolutamente, nada a ver com os divorciados e casados de novo pelo civil. Outras notas de pé de página constituem um enigma.

Há constantes chamadas ao «discernimento», e referências a impedimentos e problemas que atenuam a responsabilidade e a culpabilidade, a ponto de se questionar sobre a possibilidade de alguma pessoa casada, ter algum dia, cometido, de facto, algum pecado.

Sim, as pessoas casadas enfrentam graves desafios, mas são, também, agentes morais possuidores de livre arbítrio. Assim como o livre arbítrio é essencial para os romances de qualidade, assim também faz parte integrante do drama da história da salvação, e «cada matrimónio é», conforme escreve Francisco, «uma ‘história de salvação».

A exortação apostólica *A ALEGRIA DO AMOR* tem mais de 250 páginas e divide-se em nove capítulos que pretendem abarcar os principais desafios que se colocam à família nos tempos modernos, incluindo a espiritualidade conjugal, a importância da educação dos filhos e dois capítulos mais profundos e catequéticos sobre o amor conjugal e o acesso aos sacramentos por parte de divorciados recasados.

que família?

(Sagrada Família – C - Lucas 2, 41-52)

Hoje é o Dia da família cristã. Uma festa estabelecida recentemente para que os cristãos celebrem e aprofundem o que pode ser um projeto familiar entendido e vivido desde o espírito de Jesus.

Não basta defender de forma abstrata o valor da família. Tampouco é suficiente imaginar a vida familiar segundo o modelo da família de Nazaré, idealizada desde a nossa concepção da família tradicional. Seguir Jesus pode exigir por vezes questionar e transformar esquemas e costumes muito arraigados em nós.



A família não é para Jesus algo absoluto e intocável. Mais ainda. O decisivo não é a família de sangue, mas essa grande família que temos de ir construindo, os humanos, escutando o desejo do único Pai de todos. Inclusive os Seus pais terão que aprender, não sem problemas e conflitos.

Segundo o relato de Lucas, os pais de Jesus procuram-No afligidos, ao descobrir que os abandonou sem se preocupar com eles. Como pode atuar assim? A Sua mãe repreende-O quanto O encontra: «Filho, porque nos trataste assim? Olha que o Teu pai e eu Te procurávamos angustiados». Jesus surpreende-os com uma resposta inesperada: «Porque me procuráveis? Não sabeis que Eu devia estar na casa de Meu Pai?».

Os Seus pais «*não o compreenderam*». Só aprofundando as Suas palavras e o Seu comportamento para com a Sua família, descobrirão progressivamente que, para Jesus, o primeiro é a família humana: uma sociedade mais fraterna, justa y solidária, tal como a quer Deus.

Não podemos celebrar responsabilmente a festa de hoje sem escutar o repto da nossa fé.

- Como são as nossas famílias? Vivem comprometidas numa sociedade melhor e mais humana, ou encerradas exclusivamente nos seus próprios interesses? Educam para a solidariedade, a procura da paz, da sensibilidade para com os necessitados, a compaixão, ou ensinam a viver para o bem-estar insaciável, o máximo lucro e o esquecimento dos outros?
- O que está a suceder nos nossos lares? Cuida-se da fé, recorda-se Jesus Cristo, aprende-se a rezar, ou só se transmite indiferença, incredulidade e vazio de Deus? Educa-se para viver desde uma consciência moral responsável, sã, coerente com a fé cristã, ou favorece-se um estilo de vida superficial, sem metas nem ideais, sem critérios nem sentido último?

José Antonio Pagola

(Gravura: *La Familia*, Fernando Botero Angulo (19 de abril, 1932)